

Mediaciones Sociales

ISSN-e: 1989-0494

<http://dx.doi.org/10.5209/meso.65133> EDICIONES
COMPLUTENSE

Causas da pobreza, meritocracia e igualdade: um estudo de crenças de adolescentes como mediação social

Joao Wachelke¹; Lívia Maria Moreira Pagliaro Guarato; Amanda Borba Ramos Silva y Nágilla Regina Saraiva Vieira

Data de envio: 17 julho 2019 / Data de aceite: 25 maio 2020

Resumo. Considerando que as crenças são mediadas socialmente por convenções culturais, o presente trabalho é um levantamento de dados que segue uma abordagem psicossocial semiótica baseada na teoria dos códigos para interpretar padrões de explicação de causas da pobreza a partir de crenças meritocráticas e sobre igualdade. 1.009 adolescentes brasileiros completaram um questionário com sentenças sobre essas temáticas. Uma análise de clusters permitiu identificar um código individualista da pobreza com base em crenças meritocráticas e um código sócio-estruturalista que se baseia também em posições igualitárias. Discute-se que valores de igualdade contrapõem-se a uma ideologia meritocrática para condicionar interpretações sociais da pobreza.

Palavras-chave: pobreza; meritocracia; igualdade; semiótica; valores.

[en] Causes of poverty, meritocracy and equality: a study of adolescents' beliefs as social mediation

Abstract. Considering that beliefs are socially mediated by cultural conventions, the present work is a survey that follows a psychosocial semiotic approach based on the theory of codes to interpret explanation patterns for causes of poverty from meritocratic and egalitarian beliefs. 1.009 Brazilian adolescents completed a questionnaire with sentences about such topics. A cluster analysis allowed to identify an individualistic code of poverty based on meritocratic beliefs and a socio-structuralist code supported by egalitarian positions. It is discussed that equality values oppose a meritocratic ideology to condition social interpretations of poverty.

Key words: poverty; meritocracy; equality; semiotics; values.

Resumo. 1. Introdução. 1.1. A pobreza e suas causas. 1.2. Ideologias da justiça: igualdade e meritocracia. 1.3. Códigos conotativos entrelaçados. 2. Método. 3. Resultados e Discussão. 4. Referências.

Cómo citar: Wachelke, J.; Moreira Pagliaro Guarato, L. M.; Borba Ramos Silva, A. y Regina Saraiva Vieira, N. Causas da pobreza, meritocracia e igualdade: um estudo de crenças de adolescentes como mediação social, en *Mediaciones Sociales*, 19(2020), e65133. <http://dx.doi.org/10.5209/meso.65133>

1. Introdução

Como as pessoas explicam a pobreza? Como essas explicações se relacionam com o modo com que os recursos importantes do mundo são distribuídos e com um princípio de igualdade? O presente trabalho visa a investigar padrões de crenças a respeito dessas questões sociais, tratando esses padrões como códigos interpretativos a partir dos quais as pessoas tentam dar sentido a suas experiências.

Buscamos relacionar o que se pensa sobre as origens da pobreza com a adesão a dois princípios éticos sobre a distribuição de recursos: justiça igualitária, ou o entendimento de que as pessoas devem ter acesso aos mesmos recursos, e meritocracia, ou crença de que as pessoas devem conseguir recursos sociais de modo proporcional a seu merecimento. Inicialmente abordaremos a literatura sobre esses temas. Em seguida, propomos uma abordagem teórica psicossocial semiótica dessas crenças, a partir da teoria dos códigos de Eco (2005) e das considerações de Hjelmslev (2003). É por meio de conceitos da semiótica que concebemos a mediação entre mundo e mente e, no presente caso, entre os fenômenos da pobreza e desigualdade e suas interpretações.

¹ Universidade Federal de Uberlândia – Brasil

1.1. A pobreza e suas causas

O conceito de pobreza vem sendo modificado de acordo com o contexto histórico, cultural, econômico das sociedades e com os autores que o analisam. Segundo Townsend (1954), pessoas, famílias ou grupos são considerados em situação de pobreza quando há falta de recursos para alimentação adequada, dificuldade de participação em atividades cotidianas e condições de vida abaixo do habitual nas sociedades às quais pertencem. É importante salientar as diferenças entre pobreza relativa, pobreza absoluta, desigualdade social e exclusão social. A pobreza relativa se relaciona à satisfação das necessidades básicas das pessoas em certa sociedade e carrega um forte componente subjetivo. A pobreza absoluta se associa diretamente à ideia de “sobrevivência física e à satisfação de mínimos sociais necessários à reprodução da vida com um mínimo de dignidade humana” (Pereira, 2006: 233). Ainda segundo Pereira (2006), a exclusão social faz referência a situações de privação e desvantagem, mas não se limita às condições materiais; pode-se ser excluído sem necessariamente ser pobre, como as minorias como deficientes físicos, mentais, idosos, etc. Entretanto, a pobreza pode ser uma forma de exclusão social, na medida em que o pobre é excluído de sistemas sociais básicos.

Royce (2019) define a pobreza como um problema estrutural. Diferentemente do que apontam as chamadas teorias individualistas que consideram a pobreza como resultado de fraqueza moral, habilidades inferiores ou ainda de desvios de conduta daqueles que são pobres, Royce acredita que a pobreza deriva prioritariamente da falta de empregos que ofereçam salários decentes, de uma rede de seguridade social inadequada, de um discurso cultural que menospreza os pobres e de uma multiplicidade de forças sociais que operam no sentido de oferecer desvantagens cumulativas aos empobrecidos. Segundo o autor, a pobreza é ancorada e perpetuada pela crescente desigualdade de poder em termos econômicos, políticos e ideológicos entre grandes grupos empresariais e a classe trabalhadora.

Passemos a uma revisão de alguns estudos de diferentes contextos internacionais sobre as explicações sobre a pobreza. Feagin (1975) foi um dos pioneiros no estudo empírico e sistemático de crenças das pessoas a respeito das causas do fenômeno. A partir de suas investigações, identificou que elas podem ser de três tipos: individualistas, estruturalistas ou fatalistas. Crenças individualistas colocam o foco nas próprias pessoas para explicar o porquê de elas serem pobres. Crenças estruturalistas trabalham no sentido de considerar os aspectos do sistema social e econômico do local onde a pessoa reside como determinantes de sua pobreza. Por fim, as crenças fatalistas apontam forças supra individuais – tais como doenças, deficiências, má sorte – como responsáveis pela situação de empobrecimento do indivíduo.

Kluegel e Smith (1986) trabalharam na análise de dados de uma pesquisa nacional realizada em 1980 nos Estados Unidos. A maioria das respostas apontou para um grande suporte da ideologia dominante – individualista –, de que existem várias oportunidades na sociedade americana de ascensão econômica, de que o próprio indivíduo é responsável pelo seu status social e de que a distribuição desigual de salários e compensações é necessária e justa. Apesar de parte importante dos respondentes ter afirmado que mulheres, negros e pessoas pobres tem menores chances de sucesso profissional e que a pobreza é causada por fatores estruturais, tais percepções não tiveram grande impacto sobre a ideologia dominante.

Hunt (1996) realizou um estudo a respeito das crenças sobre as causas da pobreza para uma amostra da Califórnia, nos Estados Unidos. A pesquisa demonstrou que negros são mais estruturalistas que brancos em relação às explicações para a pobreza. Divergindo de resultados de outras pesquisas que mostram uma dominância de explicações individualistas, o estudo estabelece que, para a amostra analisada, os resultados foram mais estruturalistas para os três grupos étnicos. Além disso, negros e latinos atribuíram maior importância tanto para causas individualistas quanto para causas estruturalistas no que tange à pobreza.

O estudo desenvolvido por Bullock (1999) teve como foco analisar em uma amostra não aleatória de norte-americanos como era explicada a pobreza e como eram percebidos tanto os programas governamentais de apoio social quanto os favorecidos por estes programas. Classe social (classe média ou pobres) e gênero (homens ou mulheres) foram usados como variáveis independentes. Os resultados obtidos indicam a existência de uma relação entre a classe social e a maneira como a pobreza é explicada e compreendida, particularmente no que diz respeito às atribuições estruturalistas. A hipótese de que participantes empobrecidos tenderiam mais fortemente a apoiar atribuições estruturalistas do que participantes da classe média foi confirmada. Apesar de os participantes de classe média apoiarem explicações individualistas, tal apoio não foi tão forte como esperado. A autora aponta que isso pode ter ocorrido devido a diversos fatores, como o desconforto dos participantes em endossar opiniões interpretadas como pejorativas em relação aos mais pobres ou, ainda, pelo fato de explicações culturais e psicológicas substituírem explicações individualistas tradicionais, estas últimas consideradas mais duras. Em relação ao gênero, as mulheres fizeram menos atribuições individualistas sobre a questão da pobreza.

Outros estudos também conseguiram apontar diferenças nas crenças e atribuições de pobreza em relação à classe social e ao gênero. Cozzarelli, Wilkinson e Tagler (2001) constataram que atitudes relacionadas aos pobres eram mais negativas que aquelas relacionadas à classe média. No que concerne às atribuições para as causas da pobreza, os autores encontraram evidências da existência de fatores que refletem atribuições internas, externas ou culturais. Em relação ao gênero, os resultados mostraram que os homens tendem a apresentar estereótipos mais negativos sobre os pobres do que as mulheres. Consistente com resultados de outros trabalhos, observaram que os respondentes pertencentes à classe média também tendem a culpar a própria pessoa por sua situação de pobreza. Tais achados reforçam que os sistemas de valores norte-americanos estão fortemente relacionados com atribuições

individualistas no que diz respeito às causas da pobreza; indivíduos que endossam valores autoritários e possuem crenças relativamente fortes em um mundo justo tendem a fazer menos atribuições externas para a pobreza do que aqueles com fortes valores éticos de trabalho. Também foi percebido que causas culturais seriam mais determinantes de situações de pobreza do que fatores econômicos, o que pode ter ocorrido por conta da baixa média de idade da amostra analisada, de cerca de vinte anos de idade.

Um estudo conduzido na Itália por Norcia e Rissotto (2011) analisou as atribuições de causalidade e as representações sobre pobreza e riqueza, mostrando relações significativas destas atribuições com renda, idade, escolaridade e condições de trabalho. Em relação à escolaridade, os autores observaram que pessoas com um nível educacional mais baixo tendem a explicar a pobreza como um fenômeno advindo do próprio indivíduo (atribuição interna), diferentemente do que pensam aqueles com um nível de escolaridade mais alto. Em relação à renda, salários maiores tendem a ser fortemente relacionados com atribuições internas de riqueza. No que concerne à idade, pessoas mais velhas tendem a atribuir mais fortemente causas externas para condições de empobrecimento do que os mais jovens. Por fim, em relação às condições de trabalho, profissionais autônomos atribuem as causas da pobreza majoritariamente a fatores internos, o que parece corroborar uma visão de “espírito de empreendedorismo individual”. Além disso, pessoas que possuem um status econômico mais baixo tendem a escolher explicações externas para a pobreza, enquanto indivíduos com bom status econômico buscam atribuir o sucesso a si mesmos, e não ao contexto e nem a fatores fatalistas.

Voltando a atenção para o cenário brasileiro, Reis (2000) buscou apreender as percepções das elites sobre a pobreza e a desigualdade social, a partir de levantamentos de dados, entrevistas em quatro estados e matérias sobre o tema compiladas em dois jornais de grande circulação de cada um dos estados selecionados. Os dados revelam que é bastante consensual entre os integrantes dessa classe social que a pobreza e a desigualdade são problemas centrais da sociedade brasileira. Quando abordadas sobre as possíveis causas para tais fenômenos, as elites culpam majoritariamente o Estado, mais especificamente o não cumprimento de suas obrigações sociais.

Outros estudos nacionais dão enfoque às representações sociais da pobreza. Milani e Pawlowytsch (2016) analisaram dados de uma amostra de mães beneficiárias de um programa de assistência do governo federal brasileiro, e concluíram que as participantes entendiam a pobreza não como a simples falta de renda, mas sim como um fenômeno multidimensional, reconhecendo outros fatores como a falta de oportunidades, a indiferença social e a ausência de liberdade de escolha como determinantes para a manutenção de suas condições de vida.

A literatura aponta diversidade de predominância de vieses individualistas e estruturalistas, internos e externos, por vezes apontando associação de classes com um ou outro desses opostos. Acreditamos que o presente estudo pode dar contribuição para tentar aprofundar o entendimento acerca de como ocorre a mediação das explicações sobre a pobreza a partir de outros sistemas de pensamento sobre a sociedade, que podemos chamar de ideologias à medida que, como sugerido por Wilson (1992), dizem respeito a descrições de como o mundo é ou deveria ser: a ideologia da meritocracia e da igualdade. Há diferentes acepções sobre a ideologia, muitas incompatíveis entre si (Eagleton, 1997), no entanto utilizaremos aqui um conceito geral de ideologia proposto em Wachelke (2017): interpretação sobre a vida social que descreve a sociedade e orienta a prática, com efeitos políticos de qualquer natureza – manutenção ou transformação de relações de poder. Meritocracia e igualdade são, assim, ideologias que lidam com questões de justiça social, isto é, de como os recursos do mundo deveriam ser distribuídos entre as pessoas de modo justo e, portanto, estão potencialmente ligadas às concepções sobre pobreza e suas causas.

1.2. Ideologias da justiça: igualdade e meritocracia

De acordo com Deutsch (1975), os objetivos primários de diferentes grupos promovem princípios diferentes para avaliar como justos os modos com que bens e condições que afetam o bem-estar das pessoas, tomado em termos psicológicos, físicos, sociais e econômicos, são distribuídos. Em relações com finalidade econômica, com escassez de recursos, frequentemente ocorre competição por eles. Nesses casos, as pessoas empregam o princípio de equidade econômica para considerar justas as situações em que ocorre proporcionalidade entre quanto uma pessoa contribui para o grupo e quanto ela recebe em troca. Quando os grupos se orientam pela solidariedade e visam a manter relações sociais satisfatórias e agradáveis, a condição que o permite é a de manter situações semelhantes de poder e prestígio. Nesses casos, o princípio vigente de justiça distributiva é a igualdade: todas as pessoas do grupo devem receber benefícios igualmente.

A igualdade nos remete a projetos de sociedade de matizes humanistas, embasados através dos princípios fundamentais da justiça social (Azevedo, 2013). Conforme Barzotto (2003: 6), o núcleo desse conceito se encontra no bem comum, no bem de todos, “considerando cada um como titular de direito apenas na sua condição de pessoa humana ou atentando para algum aspecto relevante (criança, idoso, trabalhador, desamparado, etc)”. O ser humano é visto como membro da sociedade, e, por isso, na justiça social, visa-se diretamente o bem comum e, indiretamente, o bem deste ou daquele particular, dado que visar o bem comum é também visar o bem de cada membro individualmente. Desta maneira, todos os bens necessários ao pleno desenvolvimento da vida humana devem ser atribuídos a todos, assim como o que é obrigação de um é obrigação de todos, e os direitos de um recaem sobre todos. (Barzotto, 2003).

Hülle, Liebig e May (2017), por exemplo, definem igualdade como a justa e igual atribuição de benefícios e encargos entre todos os indivíduos. Dell’Aglia e Hutz (2001: 97) complementam essa definição dizendo que essa atribuição é feita “independentemente de condições de esforço, capacidade ou necessidade”.

A ideologia da meritocracia, segundo a qual as pessoas devem ser recompensadas proporcionalmente a seus esforços, é compatível com uma visão da justiça social como equidade. McNamee e Miller Jr. (2014) definem a meritocracia como um sistema social em que as recompensas são atribuídas às pessoas conforme seus esforços e habilidades. Barbosa (2003) complementa a definição ao trazer que no nível ideológico, a meritocracia é um conjunto de valores que postula que as posições dos indivíduos na sociedade devem ser consequência do mérito de cada um, ou seja, do reconhecimento público da qualidade das realizações individuais.

O termo meritocracia tornou-se relevante a partir de uma ficção distópica escrita por Michael Young em 1958, em que faz uma crítica a uma sociedade que se entende regida pelo mérito individual, mas que substituiria um antigo sistema de classes por uma nova divisão entre uma elite que se beneficia ao poder consolidar uma nova base de desigualdades por meio do sistema educacional, a que tem acesso e condições privilegiadas, e uma subclasse que fica à margem do sistema. No entanto, posteriormente o termo foi popularizado e adquiriu conotações positivas no pensamento social, servindo, por exemplo para legitimar um sistema social de distribuição de riquezas por meio de credenciais educacionais e culturais, descrito por Bourdieu (2011): o capital econômico e capital cultural podem ser reconvertidos, e a transmissão entre gerações de capital cultural é aceita socialmente e um dos pilares da sociedade capitalista. A meritocracia, ao promover o mérito individual, acaba por ocultar a existência de configurações da estrutura social que distribuem desigualmente as oportunidades para desenvolver as competências necessárias (McNamee e Miller Jr., 2014).

Nesse ponto, quem acredita que a meritocracia deve ocorrer não se oporá à desigualdade social. Esta, na medida em que resultar de diferenças de desempenho, seria justificável. Com base nas características das duas ideologias, o mais plausível é antever que uma visão meritocrática se mostre funcional à aceitação de desigualdades na medida em que se entenda que elas são devidas a diferenças de desempenho individual, isto é, uma interpretação individualista da pobreza. De modo análogo, a ideologia igualitária provavelmente terá relação com a crítica social à desigualdade: uma vez que se pense que todas as pessoas devem ter acesso aos mesmos recursos, a constatação de que isso não ocorre provavelmente será explicada por disfunção social, por um sistema social de distribuição de recursos injusto.

1.3. Códigos conotativos entrelaçados

Uma abordagem conceitual psicossocial semiótica permite identificar regras de interpretação por meio das quais as pessoas e culturas dão sentido às experiências cotidianas. A relação com o mundo envolve necessariamente a mente no nível individual, e a cultura no nível social; é fundamentalmente mediada e, portanto, seu entendimento passa necessariamente pela noção de signo.

Se na essência do conceito de signo está a relação em que algo se apresenta no lugar de outra coisa para alguém, e esse algo é um segundo signo mental (Peirce, 2000), mais precisa é a definição de função sógnica de Hjelmslev (2003), em que há correlação entre elementos de sistemas diferentes. A natureza dos elementos de cada sistema pode ser qualquer uma, abrangendo de objetos existentes fisicamente a pensamentos.

As regras que realizam as correlações, ou em outras palavras às regras que estabelecem as funções sógnicas, Eco (2005) chamou códigos. Na medida em que são códigos que dão sentidos secundários a outros códigos, temos subcódigos chamados códigos conotativos.

Para os objetivos do presente trabalho consideraremos as interpretações culturais ideológicas como códigos conotativos, na medida em que se atribuem explicações e sentidos a fenômenos presentes no discurso – a saber, pobreza, igualdade, meritocracia, justiça. Assim, a noção de código conotativo aproxima-se à de semiótica conotativa de Hjelmslev (2003), isto é, de uma semiótica constituída de outra semiótica. Aqui, trata-se de correlações de sentidos secundários sobrepostos à semiótica primária da linguagem verbal.

Este trabalho tem por objetivo identificar padrões de explicação das causas da pobreza e caracterizá-los em termos de associações com variáveis de posição social e de adesão às ideologias da meritocracia e da igualdade. Desse modo, trata-se de assumir que cada padrão de explicação das causas da pobreza, da meritocracia e da igualdade constitui um código conotativo, e que as relações entre eles podem permitir identificar códigos conotativos entrelaçados mais amplos sobre as relações sociais.

2. Método

Foi realizado um levantamento de dados (*survey*) com 1.009 estudantes matriculados na 2ª série do ensino médio (escola secundária) de sete escolas de Uberlândia, segunda maior cidade do estado de Minas Gerais, localizado na região sudeste do Brasil. Quatro escolas eram da rede pública e três eram instituições particulares, dando à amostra diversidade socioeconômica. Dos participantes, 545 (54%) eram do sexo feminino. A média de idade foi de 16 anos.

Como variável capaz de avaliar a posição social dos estudantes, uma aproximação da noção de classe social, foi caracterizado o grau de escolaridade de suas mães. Conforme Buchmann (2002), a escolaridade da mãe é superior à do pai para prever o grau máximo de escolaridade atingido pelos filhos. Por sua vez, a avaliação da escolaridade ou de credenciais educacionais é compatível com perspectivas de avaliação de classe social na sociologia: conforme Hout (2008), relaciona-se à noção de classe por abordar como as pessoas têm acesso à posição social, e para Bourdieu

(2011) o conhecimento cultural e credenciais educacionais relacionam-se à noção de capital cultural. Na amostra do presente estudo, as mães de 402 participantes (39%) tinham concluído o ensino médio (percurso escolar), enquanto 345 (35%) terminaram o ensino superior (faculdade ou universidade) e 262 (26%) concluíram no máximo o ensino fundamental (escola básica).

A pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética em pesquisa da universidade dos autores. O instrumento de pesquisa foi um questionário respondido pelos estudantes em horário de sala de aula, após contato prévio com a direção das instituições e assinatura de termo livre e esclarecido pelos cuidadores dos participantes. O questionário abordava opiniões sobre diversos temas sociais, dentre os quais as causas sobre a pobreza, a concordância com ideais meritocráticos e igualitários. Houve também questões acerca de informações sociodemográficas.

Todas as questões de opinião consistiram em sentenças com que os participantes deveriam afirmar sua concordância ou discordância. Havia cinco opções de resposta: “discordo”, “discordo, mas não muito”, “concordo, mas não muito”, “concordo” e “não sei”. A última opção teve baixa proporção de respostas (inferiores a 3%) e os participantes que fizeram uso dela foram excluídos da análise, que teve dados completos.

Sobre a meritocracia, foi realizada tradução livre de sentenças utilizadas no estudo de Hunt (1996) sobre as causas da pobreza. Foram as seguintes (código identificador): “as pessoas pobres são irresponsáveis e pouco disciplinadas” (p1), “as pessoas são pobres porque só têm acesso a empregos com baixos salários” (p2), “as pessoas são pobres porque não se esforçam para melhorar de vida” (p3), “as pessoas são pobres porque as escolas públicas são ruins” (p4), “as pessoas são pobres porque gastam mais dinheiro que deveriam, não sabem economizar” (p5), “as pessoas são pobres porque sofrem preconceito e discriminação” (p6), “as pessoas são pobres porque não têm qualificações ou habilidades” (p7), e “as pessoas são pobres porque não há empregos suficientes para elas” (p8). As sentenças p1, p3, p5 e p7 dizem respeito a causas estruturais, enquanto p2, p4, p6 e p8 fazem alusão a fatores pessoais.

As sentenças sobre meritocracia e igualdade foram elaboradas para a presente pesquisa. A respeito de meritocracia, foram: “se um aluno for estudioso, passará no vestibular² independente da escola em que estudar” (m1), “é justo uma pessoa receber um salário maior por ter se dedicado mais aos estudos” (m2), “se um funcionário desenvolver um projeto inovador para sua empresa, deve receber mais recompensas que seus colegas” (m3), “é só a partir de dedicação e esforço que se alcança o sucesso profissional” (m4), “planos de carreira baseados em produtividade são justos, isto é, quem produz mais deve receber mais” (m5), e “as pessoas com os melhores empregos são mais competentes que as outras” (m6). Todas as sentenças expressam concordância com a ideologia meritocrática.

A respeito de igualdade, as sentenças eram: “as pessoas deveriam ter remunerações semelhantes, não importando seu trabalho” (i1), “é importante que existam empregos que paguem mais e outros que paguem menos” (i2), “reduzir as desigualdades deveria ser a prioridade de qualquer governo” (i3), “é positivo que os salários das pessoas pobres tornem-se menos distantes dos salários da classe média” (i4), “aumentar o salário somente dos pobres é injusto para outras classes sociais” (i5), “é justo que as pessoas pobres tenham oportunidades de emprego e estudo reservadas somente para elas, para compensar sua condição social” (i6), e “não é certo o governo dar auxílios financeiros a pessoas somente porque são pobres; todos deveriam ter direito aos mesmos benefícios” (i7). As sentenças i1, i3, i4 e i6 expressam opiniões referentes a uma visão igualitária, enquanto i2, i5 e i7 comunicam ideias contrárias à igualdade – e, portanto, é a discordância a elas que indica posições igualitárias.

3. Resultados e Discussão

As duas respostas de concordância e as duas de discordância foram fundidas, para lidar com apenas duas modalidades: “discordo” e “concordo”. Para identificar padrões de resposta nos resultados, realizamos análises de clusters no programa R (R Core Team, 2019). A análise de clusters permite agrupar conjuntos de respostas de participantes com comportamento semelhante. Foram considerados para a análise os dados referentes às crenças sobre pobreza, meritocracia e igualdade. Os clusters constituem evidências de regularidades que nos permitam inferir os códigos conotativos que regem as temáticas estudadas. Depois de calculados os clusters, buscamos caracterizar sua composição em termos de sexo dos participantes e escolaridade de suas mães.

Em termos dos detalhes técnicos da análise, a métrica de distâncias foi a distância de Gower (1971), adequada para dados categoriais e com boa tolerância de dados omissos. Com auxílio do pacote cluster (Maechler, Rousseeuw, Struyf, Hubert, & Hornik, 2018), foram obtidos os clusters por meio do método aglomerativo da distância de Ward. Informações de diagnóstico (Kassambara, 2016) indicaram como apropriada uma solução com 3 clusters, apresentados na Tabela 1 juntamente com as respostas absolutas e percentuais dos participantes de cada padrão e com a composição de sexo e escolaridade materna.

Os três clusters tiveram quantidades próximas de participantes. O primeiro deles apresenta equilíbrio nas respostas a várias sentenças a respeito das causas da pobreza, mas predominância da concordância com a falta de esforço (p3) e hábitos inadequados de economia (p5), isto é, tendências individuais. A maioria também discorda que a causa esteja em escolas públicas de má qualidade ou em discriminação. A adesão à ideologia meritocrática foi nítida, com proporções de 90% ou mais a cinco das sentenças. Por fim, houve divisão nas respostas às sentenças igualitárias,

² O exame vestibular diz respeito às provas de seleção para entrada em universidades no Brasil.

indicando adesão mista, mas divergência em termos de semelhança nas remunerações (i1), e concordância com a necessidade de ter oportunidades de compensação a pobres (i6) e diferença em salários (i2). Em termos de posição social, há maioria de estudantes do sexo masculino, e mais estudantes com mães com escolaridade nos níveis intermediário e básico em relação ao total da amostra.

O segundo cluster apresenta preferência por respostas de causas da pobreza de tipo estruturalista, e especialmente forte rejeição a algumas sentenças individualistas (p1, p3, p5). Ao mesmo tempo, também há forte adesão às sentenças meritocráticas, mas em nível um pouco inferior ao do cluster 1, e exceção na clara rejeição da associação de competência com os melhores empregos (m6). Também em contraste com o primeiro cluster, há preferência por posições igualitárias majoritariamente. É composto por proporção de meninas um pouco maior que a da amostra geral, e as mães dos estudantes têm mais instrução superior.

O terceiro cluster difere dos demais ao não apresentar explicações dominantes sobre as causas da pobreza. Para todas as sentenças, a maioria dos participantes ligados a esse padrão apresentou discordância. Em termos da ideologia da meritocracia, parecem aderir a ela majoritariamente, em níveis semelhantes ao do cluster 1. Finalmente, são ambivalentes em termos das crenças igualitárias, pois assumem discursivamente que seja desejável reduzir distâncias salariais (i4) e desigualdades (i3), mas opõem-se por vezes a ações voltadas só para os pobres (i6) e consideram injusto aumentar salários somente dessa classe (i5), além de sustentarem diferenças de salários (i2).

Tabela 1. Proporções percentuais de resposta de concordância (C%) e discordância (D%) às sentenças sobre causas da pobreza, meritocracia e igualdade, sexo e escolaridade materna dos participantes de cada cluster

	Cluster 1		Cluster 2		Cluster 3		
	C%	D%	C%	D%	C%	D%	
Causas da pobreza	p1. irresponsáveis	29	71	4	96	10	90
	p2. empregos baixos salários	60	40	68	32	25	75
	p3. não se esforçam	66	34	11	89	32	68
	p4. escolas públicas ruins	31	69	58	43	13	87
	p5. gastam mais que deveriam	69	31	21	79	28	72
	p6. preconceito e discriminação	26	74	64	36	19	81
	p7. sem qualificações	51	49	56	44	22	78
	p8. não há empregos	55	45	57	43	25	75
Meritocracia	m1. estudioso passa vestibular	91	9	68	32	93	7
	m2. salário maior justo	90	10	78	22	88	12
	m3. recompensa por projeto	91	9	88	12	86	14
	m4. dedicação para sucesso	98	2	79	21	95	5
	m5. planos de produtividade	92	8	77	23	79	21
	m6. pessoas mais competentes	49	51	10	90	16	84
Igualdade	i1. remunerações semelhantes	26	74	49	51	46	54
	i2. empregos pagam diferente	85	15	60	40	75	25
	i3. reduzir desigualdades	45	55	75	25	72	28
	i4. salários menos distantes	60	40	85	15	59	41
	i5. aumentar salários injusto	50	50	39	61	62	38
	i6. oportunidades para pobres	64	35	64	36	39	61
	i7. não dar auxílios a pobres	46	54	42	58	43	57
SEXO							
Masculino	175 (54%)	—	145 (42%)	—	144 (43%)	—	
Feminino	152 (46%)	—	200 (58%)	—	193 (57%)	—	
ESCOLARIDADE MATERNA							
Fundamental	103 (31%)	—	63 (18%)	—	96 (28%)	—	
Médio	149 (46%)	—	115 (33%)	—	138 (41%)	—	
Superior	75 (23%)	—	167 (48%)	—	103 (43%)	—	
n	327		345		337		

Os resultados sustentam a existência de três caminhos interpretativos para explicar a pobreza: no cluster 1 temos predominância de adesão a causas individualistas, no cluster 2 há uma interpretação sócio-estruturalista, e no terceiro há rejeição dessas explicações; isso não quer dizer que a pobreza seja inexplicável ou tenha causalidade ambígua para esses participantes necessariamente. Possivelmente suas explicações não estejam incluídas na adaptação das

sentenças de Hunt (1996). Percebe-se que causas fatalistas não foram contempladas, então levantamos a hipótese de que esse fator possa ser importante nesse perfil. Nos Estados Unidos, há resultados que apontam para maior adesão de liberais que conservadores a causas fatalistas (Zucker, & Weiner, 1993). Também há resultados mistos na literatura associando escolaridade maior ou menor ao fatalismo (Norcia, & Rissotto, 2013). No Brasil, país marcado historicamente pelo cristianismo e com ascensão de igrejas neopentecostais recentemente, possivelmente haveria relações interessantes entre religião e religiosidade e as explicações para a pobreza. No entanto, não houve informações a esse respeito no instrumento que possam respaldar qualquer hipótese empiricamente, constituindo limitação do estudo e já apontando para caminhos futuros de investigação.

Os resultados do segundo cluster, composto por maioria feminina, mostram uma preferência por alternativas igualitárias. Além disso, destaca-se a forte rejeição deste grupo por determinadas respostas individualistas para as causas da pobreza, o que aponta para uma preferência por explicações estruturalistas para o fenômeno. Tais achados vão ao encontro dos obtidos por Bullock (1999), de que mulheres tendem menos que homens a dar suporte a atribuições individualistas para a pobreza. Ela aponta que diferenças de gênero podem ser devidas ao fato de mais mulheres se encontrarem em situação de pobreza que homens – segundo a autora, somente no Estados Unidos, é estimado que um terço das famílias lideradas por mulheres vivem abaixo da linha da pobreza. Além disso, como apontado por Pearce (1978), mulheres tem tendência a associar com mais facilidade a precariedade de suas próprias situações econômicas às sentenças apresentadas, reconhecendo o fenômeno de feminilização da pobreza e demonstrando, assim, mais empatia quando confrontadas com pessoas em situações de vida precárias.

Outra possibilidade para explicar essa maior sensibilidade social feminina é a adequação de mulheres a papéis sociais e estereótipos de gênero. As mulheres tendem a ser associadas a traços expressivos e ao papel de cuidadora, inclusive em resultados com adultos da mesma cidade do presente estudo (Dornelas, 2019), o que associa as mulheres à empatia e sensibilidade ao contexto, que escolhemos por explicar como norma social que leva à concretização de uma vocação prática, nos moldes do *habitus* de Bourdieu (2011).

As crenças sobre meritocracia têm ampla aceitação para os três perfis identificados, sugerindo consenso social funcional. Se, conforme Wachelke (2017), um modo de pensar é considerado válido por uma grande maioria, pode ser aproximado ao estatuto de um fato, ocultando sua origem e arbitrariedade na história social. Uma ideologia desse tipo é dificilmente combatida e muito resistente devido ao seu apoio social.

Podemos entender isso em termos semióticos ao tratar a ideologia da meritocracia como código conotativo com reconhecimento de validade social muito forte. Se as concepções sobre meritocracia respondem em parte ao entendimento do que seja justo socialmente para a maior parte da amostra, e se são entendidas como fatores que orientam a explicação da pobreza para a população – isto é, como códigos que predisõem à ação de outros códigos –, então correspondem a premissas em argumentos.

Em Peirce (2000), um argumento é um signo simbólico, isto é, uma convenção, que deriva seu interpretante de outros signos. O silogismo lógico é o exemplo mais típico. Se adotamos a função sógnica como unidade-chave da semiótica como alternativa ao signo peirceano, um argumento é uma função sógnica que existe devido à sua determinação por outras funções sógnicas convencionais, as quais podem se originar de códigos conotativos, constituindo argumentos implícitos que determinam as condições de validade de conclusões, os entimemas. Em *A estrutura ausente*, Eco (2001) realizou análises semióticas bastante pertinentes orientado por concepções retóricas voltadas para identificação de campos entimemáticos e seus efeitos em leituras possíveis de textos.

Sugerimos considerar que, dada sua ampla aceitação, a ideologia meritocrática desempenhe papel semelhante à de premissas nessas condições, direcionando o pensamento sobre o que explica a pobreza. A adesão ao pensamento meritocrático implica que há apoio para se pensar que indivíduos sejam considerados no que supostamente têm de igual e que obter mais ou menos recompensas na vida deveria ser função do desempenho de suas atividades no cotidiano. Ao tratar de pobreza, torna-se pertinente o campo do trabalho e econômico. De acordo com esse modo de pensar, os estudantes da amostra, então, considerariam justa a pobreza em caso de falta de merecimento no desempenho do trabalho.

A questão está, então, em ter acesso à avaliação desses estudantes acerca da vigência efetiva da meritocracia. Pois uma coisa é ser favorável à equidade econômica como princípio distributivo, e outra é acreditar que ela ocorre de fato, ou que é apenas um ideal que não é seguido. Citados apenas nominalmente, valores ligados ao bem-estar social e à própria igualdade foram endossados em altos níveis em uma amostra com estudantes da mesma cidade (Wachelke, 2018). Pelo menos em nível abstrato, as pessoas os aprovam. Quanto à sua observação no cotidiano, em estudo de Scalón (2007), brasileiros pobres e ricos consideraram a desigualdade no país importante, e mostraram-se favoráveis a maior igualdade. Não há informações neste estudo a esse respeito mas, diferentemente do que possivelmente ocorre em países mais desenvolvidos, no Brasil é percepção generalizada que a desigualdade é um problema social. Parece improvável então que os participantes de nosso estudo considerem a meritocracia como uma realidade; assemelha-se mais ao modo como pensam ser o correto para constituir justiça.

A chave para a diferenciação dos dois códigos conotativos relativos aos clusters 1 e 2 está, possivelmente, no universo de premissas levadas em consideração pelos participantes, que condicionam suas disposições para explicar a pobreza. Por parte do primeiro cluster, as crenças igualitárias são admitidas com reservas. Isto é, para esses participantes, a base para suas concepções está na aprovação da meritocracia e ambiguidade em relação à justiça igualitária. Coaduna-se com essas posições a tendência a explicar a pobreza como ligada mais a variáveis de

desempenho individual, como o fazem. É um complexo de códigos entrelaçados que permite estimar que, para esses participantes, a principal responsabilidade sobre o destino das pessoas recai sobre elas mesmas, pobres por não se dedicarem o suficiente, por não terem habilidades necessárias. A ideologia da meritocracia, pautada na diferença – e desigualdade natural – explica as desigualdades econômicas.

O segundo cluster, em contraste, evidencia um código em que convive aprovação à meritocracia com o reconhecimento de que a sociedade deveria prezar pela igualdade – isto é, uma concepção subjacente de que as pessoas deveriam ter condições de vida semelhantes. Deriva daí a interpretação de que as pessoas são pobres por distorções sócio-históricas, as explicações estruturalistas para a pobreza. O perfil igualitário está associado mais a estudantes mulheres e contextos familiares com mães mais escolarizadas.

Resta por explicar, como afirmado anteriormente, o terceiro perfil, com alta identificação com crenças meritocráticas e uma aceitação da igualdade em termos abstratos, mas não em termos de contextos práticos. Em estudos posteriores, sugere-se a consideração de causas fatalistas como possível correlato das configurações ideológicas observadas.

Em síntese, o estudo permitiu propor, a partir de dados empíricos, uma interpretação de códigos conotativos empregados por estudantes brasileiros para a explicação individualista e estruturalista da pobreza, tomando posicionamentos sobre meritocracia e igualdade como códigos com função de premissas. A meritocracia agiu como um código aceito de modo majoritário, que restringe os posicionamentos acerca da pobreza na medida em que há menos margem para explicações se aquelas que rejeitem a meritocracia não forem consideradas compatíveis. A questão se situa então na coexistência ou não de posições meritocráticas com uma ética igualitária. O gênero feminino mostrou-se associado a esse segundo perfil, o masculino mais ao primeiro. Em termos de escolaridade, operacionalização da posição social dos estudantes, contextos com maior nível também se associaram ao código de explicação estruturalista da pobreza com premissa igualitária. No entanto, parte considerável dos participantes não apresentou nem prevalência de explicações estruturalistas nem individualistas, o que recomenda consideração de novas variáveis para ter uma descrição mais completa dos códigos de fato levados em consideração.

Em que pesem algumas particularidades do estudo, como sua amostra não probabilística que o restringe à descrição e impede generalização estatística, ou a liberdade interpretativa de considerar a meritocracia e igualdade como determinantes do código sobre a pobreza, parece revelar-se caminho que possibilite favorecer a explicação da pobreza em termos individuais ou sociais. Tendo constatado que a meritocracia, de caráter individualista, tem o papel de ideologia tomada por pressuposto geral, cabe a uma ideologia de justiça igualitária a função de contrapeso que possibilita entender a situação dos pobres de outro modo. Se tiver consciência dessas relações, caberá à sociedade decidir qual o modo mais desejável de entender a questão, discutir acerca de valores e justiça de base para isso e avaliar se estão sendo cultivados ou não, sabendo que o modo de interpretar o problema é o que viabilizará a busca por soluções para ele – ou, ao menos, voltadas para o nível pessoal ou social. Para justificar algum curso de ação, necessariamente se passará por um conflito de éticas.

4. Referências

- Azevedo, M. L. N. de. (2013): “Igualdade e equidade: qual é a medida da justiça social?”, *Avaliação*, vol. 18, nº 1, pp. 129-150. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772013000100008>.
- Barbosa, L. (2003): *Igualdade e Meritocracia: a ética do desempenho nas sociedades modernas*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Barzotto, L. F. (2003): “Justiça Social – Gênese, estrutura e aplicação de um conceito”, *Revista Jurídica Virtual*, vol. 5, nº 48, pp. 1-21. Disponível em <https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/747/738>. Acessado em 13 de julho de 2019.
- Bourdieu, P. (2011): *A distinção. Crítica social do julgamento*. 2ª ed. Porto Alegre: Zouk.
- Buchmann, C. (2002): “Measuring family background in international studies of education: conceptual issues and methodological challenges”, em Porter, A. e Gamoran, A. (ed.): *Methodological advances in cross-national surveys of educational achievement*. Washington: National Academy Press, pp. 150-197.
- Bullock, H. E. (1999): “Attributions for poverty: a comparison of middle-class and welfare recipient attitudes”, *Journal of Applied Social Psychology*, vol. 29, nº 10, pp. 2059-2082. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1559-1816.1999.tb02295.x>.
- Cozzarelli, C., Wilkinson, A. V., & Tagler, M. J. (2001): “Attitudes toward the poor and attributions for poverty”, *Journal of Social Issues*, vol. 57, nº 2, pp. 207-227. DOI: <http://dx.doi.org/10.1111/0022-4537.00209>.
- Dell’Aglío, D. D., & Hutz, C. S. (2001): “Padrões evolutivos na utilização dos princípios de justiça distributiva em crianças e adolescentes no sul do Brasil”, *Psicologia: Reflexão e Crítica*, vol. 14, nº 1, pp. 97-106. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722001000100008>.
- Deutsch, M. (1975): “Equity, equality, and need: what determines which value will be used as the basis of distributive justice?”, *Journal of Social Issues*, vol. 31, nº 3, pp. 137-149. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1975.tb01000.x>.
- Dornelas, P. M. (2019): *As noções de masculino e feminino: concepções ideológicas e papéis de gênero*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. Disponível em <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/24759>. Acessado em 13 de julho de 2019.

- Eagleton, T. (1997): *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Boitempo.
- Eco, U. (2001): *A estrutura ausente. Introdução à pesquisa semiológica*. 7ª ed. São Paulo: Perspectiva.
- Eco, U. (2005): *Tratado geral de semiótica*. 4ª ed. (Danesi, A. de P., & Souza, G. C. C. de, Trad.). São Paulo: Perspectiva.
- Feagin, J. (1975): *Subordinating the poor: welfare and American beliefs*. Englewood Cliffs: Prentice Hall.
- Gower, J. C. (1971): "A general coefficient of similarity and some of its properties", *Biometrics*, vol. 27, nº 4, pp. 857-871. DOI: 10.2307/2528823.
- Hjelmslev, L. (2003): *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva.
- Hout, M. (2008): "How class works: objective and subjective aspects of class since the 1970s", em Lareau, A., & Conley, D. (ed.): *Social class: how does it work?*. New York: Russell Sage, pp. 25-64.
- Hülle, S., Liebig, S., & May, M. J. (2017): "Measuring attitudes toward distributive justice: the basic social justice orientations scale", *Social Indicators Research*, vol. 136, nº 2, pp. 663-692. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11205-017-1580-x>.
- Hunt, M. O. (1996): "The individual, society, or both? A comparison of black, latino and white beliefs about the causes of poverty", *Social Forces*, vol. 75, nº 1, pp. 293-322. DOI: <https://doi.org/10.1093/sf/75.1.293>.
- Kassambara, A. (2016): *Practical guide to cluster analysis in R. Unsupervised machine learning*. STHDA.
- Kluegel, J. R., & Smith, E. R. (1986): *Beliefs about inequality: Americans' view of what is and what ought to be*. New York: McGraw-Hill.
- Maechler, M., Rousseeuw, P., Struyf, A., Hubert, M., & Hornik, K. (2018): *Cluster: cluster analysis basics and extensions*. R package version 2.0.7-1.
- McNamee, S. J., & Miller Jr., R. K. (2014): *The Meritocracy Myth*. Rowman & Littlefield Publishers, Inc.
- Milani, M. L., & Pawlowytsch, P. W. da M. (2016): "As representações sociais e as implicações da pobreza no desenvolvimento do planalto norte catarinense", *Desenvolvimento Regional em debate*, vol. 6, nº 3, pp. 235-260. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v6i3.1308>.
- Norcia, M., & Rissotto, A. (2011): "How does poverty work? Representations and casual attributions for poverty and wealth", *International Journal of Social Sciences and Humanity Studies*, vol. 3, nº 1, pp. 259-269. Disponível em <https://pdfs.semanticscholar.org/0aa9/e3056980d13548251ec5206e1af3cd39a118.pdf>. Acessado em 14 de julho de 2019.
- Norcia, M. & Rissotto, A. (2013): "How religious faith affects beliefs in poverty: a study in Italy", *International Journal of Social Science and Humanity*, vol. 3, nº 2, pp. 180-185. DOI: 10.7763/IJSSH.2013.V3.223.
- Pearce, D. (1978): "The feminization of poverty: Women, work, and welfare", *Urban and Social Change Review*, vol. 11, nº 1-2, pp. 28-36. Disponível em <https://eric.ed.gov/?id=EJ182487>. Acessado em 14 de julho de 2019.
- Peirce, C. S. (2000): *Semiótica*. 3ª ed. (Netto, J. T. C., Trad.). São Paulo: Perspectiva.
- Pereira, C. P. (2006): "A pobreza, suas causas e interpretações: destaque ao caso brasileiro". *Ser Social*, nº 18, pp. 229-252. Disponível em http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22561/3/ARTIGO_PobrezaCausasInterpretacoes.pdf. Acessado em 14 de julho de 2019.
- R Core Team. (2019): *R: A language and environment for statistical computing*. CRAN. Disponível em <https://www.R-project.org>. Acessado em 14 de julho de 2019.
- Reis, E. P. (2000): "Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 15, nº 42, pp. 143-152. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092000000100010>.
- Royce, E. (2019): *Poverty and power: the problem of structural inequality*. 3ª ed. Rowman & Littlefield.
- Scalon, C. (2007): "Justiça como igualdade? A percepção da elite e do povo brasileiro", *Sociologias*, vol. 9, nº 18, pp. 126-149. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222007000200007>.
- Townsend, A. L. (1954): "Co-ordination of social welfare", *Public Administration*, vol. 32, nº 1, pp. 95-98. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9299.1954.tb01722.x>.
- Wachelke, J. (2017): "Ideologia nas opiniões de estudantes de ensino médio sobre sucesso no trabalho". *Psicologia: Ciência e Profissão*, vol. 37, nº 3, pp. 652-668. DOI: http://dx.doi.org/10.14195/1647-8606_61-2_3.
- Wachelke, J. (2018): "Avaliação de adolescentes sobre a importância de valores para a sociedade: relações com classe econômica e escolaridade dos pais". *Psychologica*, vol. 61, nº 2, pp. 47-68. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703004062016>.
- Wilson, R. W. (1992): *Compliance ideologies. Rethinking political culture*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Zucker, G. S., & Weiner, B. (1993): "Conservatism and perceptions of poverty: an attributional analysis", *Journal of Applied Social Psychology*, vol. 23, nº 12, pp. 925-943. DOI: 10.1111/j.1559-1816.1993.tb01014.x

